



O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) em seu gabinete no Senado Federal. Pedro Ladeira - 28. No. 11/Política

Toffoli abre inquérito contra Moro por suspeita de fraude

Investigação envolve acordo antes da Lava Jato; senador nega irregularidades

Catarina Scortecchi
e José Marques

CURITIBA E BRASÍLIA O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a abertura de um inquérito contra o senador e ex-juiz Sergio Moro (União Brasil-PR), a partir de pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), por suspeita de fraude em uma delação premiada anterior à Operação Lava Jato. O caso envolve o empresário e ex-deputado estadual Antônio Celso Garcia, conhecido como Tony Garcia, que diz ter sido obrigado a gravar pessoalmente uma delação premiada de procuradores e de Moro, após firmar acordo de colaboração premiada em 2024.

A abertura da investigação foi revelada pela GloboNews e confirmada pela Folha. O processo está sob sigilo e a decisão de Toffoli é de 19 de dezembro, um dia antes do recesso do Judiciário.

Os investigadores pretendem apurar suspeitas da prática



O ex-deputado estadual Tony Garcia. Reprodução

ca de crimes como fraude processual, organização criminosa e concussão (crime contra a administração pública). Em sua decisão, Toffoli autorizou a abertura do inquérito, determinando a juntada de documentos apresentados por Tony Garcia aos autos e expediu ofícios solicitando documentos da Justiça Federal em Curitiba e do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Ele também ordenou "que seja mantido o regime restritivo de publicidade dos autos para que não haja prejuízo para as diligências solicitadas".

As supostas ilegalidades, de acordo com Garcia, foram formalizadas à juíza federal Gabriela Hardt em 2021. Em novembro de 2022, a magistrada rescindiu o antigo acordo de delação, atendendo a um pedido do MPF (Ministério Público Federal) de 2018.

Segundo ele, o relato feito em 2021 teve o conteúdo enviado ao STF somente em abril deste ano, por decisão do juiz Eduardo Apipio, que atuou na vara

Outros problemas de Sergio Moro

Cassação Moro enfrenta ação eleitoral apontando possível benefício da grei campanha ao Planalto na disputa ao Senado; o Ministério Público deferiu acolhimento parcial da ação

Taciá Duran Em 2023, o STF manteve na corte inquérito contra Moro relativo a declarações feitas pelo advogado Rodrigo Taciá Duran; ele acusa o agora senador de tentativa de extorsão, e o caso está sob sigilo

Investigação no CNJ O CNJ determinou a instauração de uma reclamação disciplinar contra Moro; o ex-juiz pode ter promovido, entre 2015 e 2019, o repasse de R\$ 2,1 bilhões à Petrobras sem critérios objetivos. Caso purificado, pode virar ficha suja e se tornar inelegível

da Lava Jato no ano passado.

Em 2024, Garcia foi preso pela PF, acusado de gestão fraudulenta do Consórcio Nacional Garibaldi. Ele concordou em fazer uma colaboração premiada, no fim daquele ano, com procuradores da força-tarefa do caso Raneiro do Jato e do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Em nota, Moro afirma que "sua defesa não teve acesso aos autos e reafirma que não houve qualquer irregularidade no processo de quase vinte anos atrás".

"O senador nega, ademais, os fatos afirmados no fantástico relato do criminoso Tony Garcia, a começar por sua afirmação de que não cometeu crimes no Consórcio Garibaldi", diz a nota.

Na mesma conta em rede social, o senador afirmou que não tem qualquer investigação e que sempre agiu "com correção e com base na lei para combater o crime".

A Polícia Federal, que também apontou a necessidade de investigação do caso, pediu a Toffoli que sejam ouvidos no inquérito a deputada federal Rosângela Moro (União Brasil-SP), esposa de Moro, e procuradores e ex-procuradores da República que atuaram na Lava Jato, como Del-tan Dallagnol.

Em relação à PF, Garcia disse que o acordo de colaboração foi "utilizado, por longo tempo, como um instrumento de

constrangimento ilegal".

Garcia disse ainda que Moro "o orientou a se encontrar com uma pessoa que se dizia agente da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que se nominava como Wagner, porém, ostentava outros documentos com nomes diferentes".

Segundo ele, o objetivo era "cumprir missões" dadas pelo então juiz, "entregando números de telefones de pessoas a serem investigadas, as quais seriam objeto de interceptação telefônica".

Tony Garcia alegou que, em determinadas ocasiões, a pessoa que se apresentou como Wagner reproduziu trechos de áudios de telefonemas interceptados, para que o declarante esclarecesse o contexto dos diálogos", disse a PF.

"De acordo com o declarante, a todo momento havia intimidações de que, caso ele não colaborasse da maneira exigida, o acordo seria rescindido, com a consequente prisão de Tony Garcia e de seus familiares, além da expropriação de seus bens", acrescenta o documento.

O empresário disse ainda que houve uma colaboração supostamente fraudulenta que envolveu "a perseguição de desfeitos de Sergio Moro" no Judiciário e no Ministério Público Federal.

Segundo a PGR, os relatos de Tony Garcia à PF "noticiam a hipotética prática de crimes" no âmbito da Lava Jato envolvendo medidas invasivas como a determinação de tarefas ilícitas ao empresário, como a "determinação para realização de escutas ambientais e a exigência de entrega de gravações clandestinas".

Também são citadas a "intendência de supostas negociações espúrias visando a homologação de acordos de colaboração premiada direcionados" e "eventual existência de chantagens, coações, ameaças e constrangimentos para manutenção do acordo de colaboração".

A abertura de um inquérito contra Moro se soma a outras decisões de Toffoli contrárias à Lava Jato, seus pilares e dobramentos.

Em setembro do ano passado, Toffoli determinou que as provas oriundas dos acordos de leniência da Odebrecht são impositivas em qualquer âmbito ou grau de jurisdição.

A época, ele disse que a prisão do presidente Lula (PT) foi uma armação e o "verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia".

Segundo ele, a prisão do peixe "se pode-se chamar de um dos maiores erros judiciais da história do país", mas "foi muito pior".

Em dezembro, o ministro suspendeu o pagamento da multa de R\$ 12,1 bilhões aplicada contra a J&F no acordo de leniência do grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Juiza censura vídeo que viralizou com filho de ministro do STJ mostrando roupas caras

Leonardo Vicceli

RIO DE JANEIRO A Justiça do Rio de Janeiro determinou no sábado (13) a exclusão de um vídeo que viralizou nas redes sociais ao mostrar Felipe Brandão, filho do ministro Benedito Gonçalves, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), exibindo roupas de grife e acessórios de luxo.

A decisão é da juíza Flávia Babu Capanema Tancredo, do 6º Juizado Especial Cível da capital fluminense. O texto afirma que se constata a partir da divulgação do vídeo o objetivo de ridicularizar o autor e, por meio disto, atingir terceiros, injustificadamente".

A decisão da juíza atinge especificamente um link com a gravação publicada no perfil @danuzioneiro no Instagram e fixa prazo de 24 horas para a retirada, sob pena de multa diária de R\$ 2.000. O conteúdo



Felipe Brandão exibe roupas de grife em vídeo. Reprodução TikTok

do seguiu no ar na tarde desta segunda-feira (15).

O vídeo de Brandão exibindo roupas de grife foi compartilhado em diferentes redes sociais por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que utilizaram a situação para criticar Benedito.

Em 2023, o ministro foi o relator da ação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que tornou Bolsonaro inelegível por oito anos. O magistrado deixou a corte eleitoral em novembro.

Após a divulgação da decisão judicial que determinou a remoção do vídeo, apoiadores de Bolsonaro reclamaram de censura. O caso corre em segredo de Justiça.

"Autorização de filmagem não implica autorização de postagem, do que resulta ser clara, já que não autoriza. O autor não é pessoa pública, o que exclui a possibilidade de que se veja no vídeo fato jornalístico, de interesse público", diz trecho da decisão judicial.

A Folha procurou os responsáveis pelo perfil @danuzioneiro, do influenciador que dá nome à página, mas não houve resposta até a publicação desta reportagem.

A conta tem 570 mil seguidores no Instagram e apresenta-se como um espaço de "atualidades e geopolítica".

A Folha também tentou contato com Brandão, mas não o localizou. A reportagem ainda procurou o ministro Benedito, via assessoria do STJ, mas não recebeu resposta.

O vídeo que viralizou na semana passada foi publicado inicialmente na conta do influenciador digital Anthony Kruijver no TikTok. A gravação ocorreu em Amsterdã (Holanda), conforme indicação que constava na postagem.

Kruijver tem uma série de vídeos nos quais aborda pessoas na rua para mostrar o que estão vestindo. Os participantes exibem roupas, calçados e acessórios com as respectivas marcas.

Não foi diferente com Brandão, que respondeu sorrindo aos questionamentos do influenciador. O brasileiro se apresenta no vídeo como empresário de compra e venda de relógios e outros itens de luxo.

No vídeo com Kruijver, o filho do ministro mostra primeiro modelo de tênis que é produzido pela Nike em parceria com a grife Louis Vuitton. Depois, o vídeo mostra o brasileiro exibindo para a câmera um relógio Richard Mille RM 01, que, aponta o influenciador, custa cerca de 200 mil euros — quase R\$ 1 milhão na cotação atual.

Brandão também veste uma calça que seria da marca Denim Tears e uma jaqueta da Prada. As peças exibidas incluem ainda itens como uma mochila da Dior e uma pulseira da Cartier.

Ao longo da gravação, o filho do ministro aparece acompanhado por uma mulher e uma criança, que também interagem com Kruijver. Na tarde desta segunda, o vídeo estava mais disponível no perfil do influenciador no TikTok.